

Conselheiro político

BRASÍLIA — Henrique Hargreaves, técnico legislativo da Câmara dos Deputados, forneceu ao presidente do Senado, Nelson Carneiro, alguns argumentos jurídicos para o Congresso entrar em recesso sem votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Carneiro se baseou em artigo 35 das Disposições Transitórias da Constituição, segundo o qual só é obrigatória a votação da LDO antes do recesso após aprovação de Lei Complementar. Profundo conhecedor dos regimentos internos da Câmara e Senado e dos artigos constitucionais, Hargreaves converteu-se, nos últimos 20 anos, em conselheiro político das lideranças a quem tem servido.

Essa reputação o levou ao cargo de subchefe do Gabinete

Civil para Assuntos Parlamentares da Presidência da República no início do governo Sarney, do qual se demitiu às vésperas da posse do presidente Fernando Collor. Hoje, lotado no gabinete do líder do PFL na Câmara, Ricardo Fiúza, Hargreaves tem sido sondado para voltar à assessoria parlamentar do Palácio do Planalto. "Eu não aceitaria essa atribuição, porque o esquema montado lá no Gabinete Civil não dá ao assessor parlamentar acesso direto ao presidente da República", disse. "Eu estava acostumado a ligar direto para o Sarney, do plenário da Câmara", comentou Hargreaves com amigos, lembrando-se de votações memoráveis de interesse do governo anterior, como do parlamentarismo.